

Cadernos Espinosanos



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 48 jan-jun 2023 ISSN 1413-6651

IMAGEM *estudo em argila para uma escultura de Spinoza* (1860-1880)
de Eugène Lacomblé (1828-1905), escultor residente da cidade de Delf, Países Baixos.

O COGITO COMO O ENCONTRO ENTRE PENSAR E SER

Marcos Alexandre Borges
Professor, Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, Brasil
marcos.borges@uerr.edu.br

RESUMO: O presente artigo visa investigar se a afirmação *eu sou, eu existo*, presente no quarto parágrafo da Segunda Meditação, expressa única e exclusivamente uma existência, ou se é a expressão, também, do conhecimento sobre *o que é* o Eu que se descobre existente. Para tanto, além dos textos cartesianos, serão abordadas algumas linhas interpretativas que se ocupam desta questão, sobretudo as teses de Alquié, Frankfurt e Marion. A partir da discussão realizada, pretende-se defender que o *eu sou, eu existo* expressa, concomitantemente, o conhecimento da existência do Eu e o conhecimento de que o Eu existe como ser pensante.

PALAVRAS-CHAVE: Descartes; *Meditações*; Metafísica; *Cogito*; Conhecimento; Existência.

I. CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA

A proposição “Eu sou, eu existo”, a que chamaremos aqui livremente de *cogito*, aparece no parágrafo quarto da Meditação Segunda, é a primeira proposição que sobrevive à dúvida e, assim, pode servir como uma prova de que é possível alcançar verdades indubitáveis, conhecimentos firmes e constantes (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 17; IX, p. 13).¹ Esta pode ser a razão pela qual o filósofo escreve, no *Discurso do Método*, que o *cogito* é o “[...] primeiro princípio da filosofia que [ele] procurava” (DESCARTES, 1996, AT VI, p. 32). O *cogito* é o primeiro princípio e a primeira verdade do sistema cartesiano, é a verdade sobre a existência do Eu que, nesta meditação, se descobre como um ser pensante. O *cogito* encerra uma etapa do caminho dubitativo, e a partir dele o Eu se encontra em uma nova situação: no lugar de duvidar, o que predomina ao longo da Meditação Primeira, o Eu pode considerar algo como verdadeiro, a sua própria existência. Como o conhecimento da existência do Eu é o único que pode ser admitido com a descoberta do *cogito*, é sobre esse conhecimento que o sujeito meditante irá se debruçar.

Mas não conheço, ainda, bastante claramente o que sou, eu que estou certo de que sou; de sorte que, doravante, é preciso que eu atente com todo cuidado, para não tomar imprudentemente alguma outra coisa por mim, e assim para não me equivocar neste conhecimento que afirmo ser mais certo e mais evidente do que todos os que tive até agora (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 25; IX, pp. 19-20).

1 No parágrafo que inaugura a Meditação Primeira Descartes anuncia a necessidade de se desfazer de todas as antigas opiniões como uma condição para a refundação do conhecimento e o estabelecimento de algo “firme e constante nas ciências”. Sendo indubitável a proposição “eu sou, eu existo”, temos com ela a prova de que é possível a descoberta de algo firme e constante nas ciências. As citações das obras de Descartes serão segundo a edição de Charles Adam e Paul Tannery, *OEuvres de Descartes*, indicada pelas iniciais AT, número do volume em numerais romanos e número de páginas em numerais arábicos. As traduções para o português das *Meditações*, e *Objções e Respostas* foram retiradas da edição DESCARTES (2010). Quanto aos demais textos que não foram traduzidos para o português, fizemos nossa própria tradução.

Essa passagem, o parágrafo quinto da Meditação Segunda, é o que se segue imediatamente da afirmação do *cogito*, é o que provoca o principal questionamento que move o presente artigo. Para os propósitos deste texto, destacamos dois pontos deste parágrafo: em primeiro lugar, ele expressa a limitação do conhecimento adquirido pela primeira verdade que acaba de ser descoberta: “Mas não conheço ainda bastante claramente o que sou”; em segundo lugar, também enfatiza aquilo que através do *cogito* é conhecido: “eu que estou certo *de que sou*”. Esta passagem indica que o *cogito*, como aparece no quarto parágrafo da Meditação Segunda, contém a verdade sobre a existência do Eu. O que traz à tona uma pergunta: ao afirmar “Eu sou, eu existo”, na Meditação Segunda, o conhecimento da existência do Eu ocorre independentemente do pensamento? O *cogito* das *Meditações* seria tão somente a afirmação da existência do Eu, sem qualquer relação com o pensamento? Seria essa passagem o anúncio de que o parágrafo anterior continha exclusivamente a descoberta de uma existência, e que a partir de então será necessário buscar o conhecimento sobre *o que é* este que se descobre existente?

Ferdinand Alquié, Harry G. Frankfurt e Jean-Luc Marion responderiam essas questões de maneira afirmativa. Em termos gerais, estes comentadores defendem haver uma diferença entre o sentido do *cogito* do *Discurso* e o sentido do *cogito* das *Meditações*.² Com isso, entendem que nesta obra, por ser

2 O que Descartes apresenta no *Discurso do Método* e nos *Princípios da Filosofia* como “penso, logo existo” (DESCARTES, 1996, AT VI, p. 32; e AT IX, p. 27) é apresentado de forma diferente nas *Meditações*: “eu sou, eu existo”. E tanto a formulação constante no *Discurso* e nos *Princípios* quanto a constante nas *Meditações* são tradicionalmente sintetizadas pelo termo *cogito*, o que será seguido neste artigo. Não pretendemos explorar amplamente o problema da diferença entre a formulação do *cogito* do *Discurso* e dos *Princípios* e a das *Meditações*, mas não deixaremos de pontuar que entendemos que ambas as formulações da primeira verdade da filosofia de Descartes têm o mesmo sentido em ambas as obras. O próprio Descartes, nas *Respostas às Segundas Objeções*, ao responder a uma objeção sobre o que chamamos aqui de “*cogito* das *Meditações*”, se refere à proposição que expressa sua primeira verdade na forma como esta aparece no *Discurso*: “Penso, logo sou, ou existo” (DESCARTES, 1996, AT IX, pp. 110-1). Sobre as distintas interpretações a respeito da

expresso através da proposição “Eu sou, eu existo”, há somente a expressão da existência do Eu, de forma independente do pensamento, visto tratar-se exclusivamente da afirmação de uma existência, a existência de um ser, não de algo a respeito do que já se pode saber alguma coisa.

Alquié, por exemplo, entende que o *Discurso* tem um viés científico e, por isso, nele o *cogito* exerce uma “função” que está de acordo com as pretensões da obra, é um modelo de verdade a ser seguido. Este comentador alerta que nas *Meditações* não é o *cogito* que conduz ao *sum*, afirmado primeiramente, pois nessa obra a expressão empregada é: *Ego sum, ego existo*. Como se trata da afirmação de um Ser, uma existência, segundo este comentador, o *cogito*, nas *Meditações*, não traz a existência de algo compreendido. No “Eu sou, eu existo” não há a compreensão sobre o Eu que se constata como existente e, assim, este Eu é conduzido a uma incompreensibilidade sobre o que ele é. Como consequência, Alquié conclui que no “Eu sou, eu existo” das *Meditações* há a constatação da existência de algo indeterminado (ALQUIÉ, 1950, p. 183).

Não muito diferente é a interpretação de Frankfurt, ao defender a tese segundo a qual o “penso, logo existo” do *Discurso* não equivale ao “Eu sou, eu existo” das *Meditações*. O primeiro, de acordo com este comentador, consiste em um enunciado de implicação lógica elementar, pois simplesmente liga a existência ao pensamento; enquanto o segundo é tão somente uma afirmação de existência (FRANKFURT, 1989, p. 135). Ao comentar o *cogito* das *Meditações*, Frankfurt afirma que, ao afirmar “Eu existo”, Descartes não sabe ainda o significado do termo “Eu”, mesmo com a prova da certeza do *sum*. Deste modo, temos novamente a tese de que a afirmação do *sum* da Meditação Segunda, a afirmação “Eu existo”, não é uma afirmação sobre a existência de algo a respeito do que se tenha algum conhecimento. O Eu afirmado, nas palavras de Frankfurt, não é muito mais que “alguma coisa”. Ou seja, segundo esta interpretação o *cogito* das *Meditações* é a consciência de uma existência sobre a qual pouco se

diferença entre tais formulações do *cogito*, ver ALQUIÉ (2005, pp. 129-58) e FORLIN (2004).

sabe; o que leva Frankfurt a uma conclusão que parece acompanhar aquela de Alquié: o “Eu sou, eu existo” é a consciência da existência de uma coisa indeterminada.

Jean-Luc Marion, de certa maneira, também segue esta linha interpretativa, e entende que nas *Meditações* a existência do Eu não é constatada a partir de sua relação com o pensamento. Em *Questions cartésiennes II*, Marion argumenta que, enquanto o “penso, logo existo” é a formulação privilegiada pelos comentadores, a formulação privilegiada por Descartes é “Eu sou, eu existo”, aquela que se encontra presente nas *Meditações*. Ele afirma que há uma tendência, a seu ver equivocada, em assimilar o sentido da proposição que expressa a existência do Eu no *Discurso* e nos *Princípios* ao sentido da proposição presente nas *Meditações*. Segundo Marion, nesta obra, a existência do Eu não é a conclusão de um silogismo, não é uma performance autônoma, nem uma autoafecção, e tampouco uma intuição. Deste modo, não se trataria da existência que decorre de um pensamento, ou do pensamento em si. De acordo com Marion, a existência do Eu se dá de modo originário, consiste no que o comentar chama de uma facticidade, que traz à tona a existência de um Eu ainda indeterminado (MARION, 2002, p. 29).

O que pretendemos discutir no presente artigo é a tese segundo a qual a descoberta do *cogito*, no parágrafo quarto das *Meditações*, se dá de forma independente do pensamento; se o *cogito* é única e exclusivamente a expressão de uma existência. E, então, perguntamos: Seria o quinto parágrafo da Meditação Segunda a confirmação da tese que esses importantes intérpretes do pensamento cartesiano parecem comungar? Ao afirmar “[...] não conheço ainda bastante claramente o que sou, eu que estou certo de que sou” (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 25; IX, pp. 19-20), estaria Descartes confirmando que a certeza sobre a existência do Eu é, nas *Meditações*, inteiramente independente do pensar? Seria o “Eu sou, eu existo” das *Meditações* uma verdade tão puramente existencial e, conseqüentemente, desprovida de qualquer relação com o pensamento?

2. A DESCOBERTA DO *COGITO*

No mesmo parágrafo que contém o *cogito*, logo antes da afirmação *eu sou*, *eu existo*, propriamente, Descartes escreve o seguinte:

Mas há algum, não sei qual, enganador mui poderoso e mui ardiloso que emprega toda a sua indústria em enganar-me sempre. Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 25; IX, p. 19).

Esta passagem expressa bem a importância da terceira etapa da dúvida como o último passo da caminhada empreendida na Meditação Primeira. Aqui é expressa a situação do sujeito após este percurso: “há algum, não sei qual, enganador mui poderoso e mui ardiloso”, que pode ser um Deus enganador ou um gênio maligno, tanto um quanto o outro mantêm o sujeito meditante na mesma situação: nada pode ser admitido como verdadeiro. Porém, ainda que tudo seja dubitável, ainda que o sujeito meditante esteja inserido em uma situação na qual ele só se engana, ele diz: “Não há, pois, dúvida alguma *de que sou*”. Se o sujeito lança mão da dúvida para encontrar algo verdadeiro; se só será considerado verdadeiro o que sobreviver a toda e qualquer dúvida; e se o sujeito afirma que não há *dúvida alguma* sobre algo, significa que foi encontrado o que se buscava: algo sobre o que não haja nenhuma dúvida, algo indubitável. O que é este algo que aparece como indubitável? Esta passagem é muito clara: *não há dúvida alguma de que sou*, afirma o sujeito meditante.

Mesmo na situação em que o sujeito está imerso na dúvida mais radical, universal e metafísica; mesmo que tudo seja dubitável, incerto, enganoso, o sujeito meditante encontra algo sobre o que não pode duvidar: não lhe é permitido duvidar de seu próprio ser, de sua existência. Até aqui, parece que podemos dar razão aos comentadores que comungam da tese segundo a qual o *eu sou*, *eu existo*, no parágrafo quatro da Meditação Segunda, expressa exclusivamente uma existência.

Mas é preciso perguntar: o que impede o sujeito meditante de duvidar de seu ser, de sua existência? Por mais que se engane, por mais que um Deus enganador, um gênio maligno, ou a ausência de um ser como garantia de verdade, faça com que o sujeito meditante tenha que duvidar de tudo, “Não há, pois, dúvida alguma de que sou, *se ele me engana*”. Os termos “se ele me engana” servem para tornar presente a situação hipotética criada pela terceira etapa da dúvida. Qual é essa situação? É a hipótese de que o criador de todas as coisas é um Deus enganador ou um Gênio maligno. Nesta situação, o engano é colocado como a condição para a indubitabilidade da afirmação “Eu sou”. O que é se enganar senão pensar que as coisas são de um modo diferente de como elas são? Por mais que o sujeito meditante pense que as coisas são de um modo, e na realidade sejam de outro; por mais que o sujeito meditante pense que existam coisas e elas sequer existam; é indubitável que o sujeito meditante é, *se ele pensa* alguma coisa. Ainda que seu pensamento seja um engano, não há engano de que o sujeito se engana, é indubitável que o sujeito se engana. E como enganar-se é *pensar* que as coisas são de um modo diferente de como elas são, o sujeito não pode duvidar de sua existência se ele *pensar* ser algo.

O fim da passagem acima citada deixa isso ainda mais claro: “e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, *enquanto eu pensar ser alguma coisa*”. Mas este *pensar ser alguma coisa* não pode também ser um engano? O sujeito meditante não pode estar se enganando, inclusive, ao pensar ser algo? Nem mesmo a dúvida mais universal, metafísica e radical permite que o Eu se engane ao afirmar sua própria existência. Pois ao pensar que se engana, mesmo sobre seu próprio ser, o Eu confirma a verdade de sua existência, confirma a verdade da proposição “Eu sou”, uma vez que para pensar é necessário que o sujeito meditante seja, exista (DESCARTES, 1996, AT VI, p. 33).

A proposição que consolida a chegada do sujeito meditante à primeira verdade vem na sequência da passagem acima citada:

De sorte que, após ter pensado bastante nisto e ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, *eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira todas

as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 25; IX, p. 19).

Eis a passagem que contém aquilo que é celebrado como a primeira verdade do sistema cartesiano. A primeira verdade, por ser a afirmação que sobrevive à dúvida mais radical e abrangente possível, é expressa, nas *Meditações*, pela proposição “Eu sou, eu existo”. O *cogito* é a constatação indubitável da existência do Eu, é o conhecimento sobre uma existência: a existência do próprio sujeito da dúvida.

Mas que tipo de conhecimento é o *cogito*? Como o Eu chega à constatação indubitável de sua própria existência? Como a passagem analisada anteriormente deixa claro, é por pensar que o sujeito meditante chega à constatação: “Eu sou, eu existo”. Se é o pensar a condição do conhecimento da existência do sujeito meditante, ou seja, se é por pensar que o sujeito se dá conta de que é, ou existe, poder-se-ia dizer que a proposição “Eu sou, eu existo” é a consequência de um raciocínio do tipo: “Se duvido, penso; se penso, sou ou existo; penso; logo, eu sou, eu existo”? O *cogito* é expresso pelo enunciado “Penso, logo existo” no *Discurso do Método* e nos *Princípios da Filosofia*. Considerando que assumimos aqui que nas *Meditações* o *cogito* tem o mesmo sentido daquele das obras mencionadas, apesar de ser expresso de forma diferente³, podemos concluir que o conhecimento da existência do Eu é obtido através de um raciocínio, do qual este conhecimento é conclusão?

Martial Gueroult explica que o *cogito* não é um raciocínio por ser uma afirmação particular, independente de alguma premissa que a anteceda. Para Gueroult, o *cogito* é a expressão proposicional imediata de um dado, de um fato, a saber, a consciência de si. Como é um fato que ocorre durante a reflexão que o Eu faz sobre seus pensamentos, é uma constatação, a constatação da existên-

3 Ver nota anterior.

cia do Eu. E acrescentamos: é uma constatação necessária, e essa necessidade é confirmada pelo ato de pensar: por pensar, por isso é impossível ao Eu não ser. Ao duvidar de todas as coisas, e mesmo da própria existência, o sujeito meditante pensa e, se pensa, é, necessariamente, como confirma a passagem: “[...] esta proposição, *eu sou, eu existo*, É NECESSARIAMENTE VERDADEIRA todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito” (DESCARTES, AT VII, p. 25; IX, p. 19, negrito nosso).

Embora a dúvida elimine as condições de existência de algo, o sujeito meditante não pode deixar de estar certo de sua própria existência, ao menos enquanto pensa e, assim, o *cogito* se constitui como a primeira coisa que resiste à dúvida. Por aparecer ao serem eliminadas todas as condições de existência, o *cogito* é a constatação primeira e, por ser assim, é manifesto sem qualquer antecedente. Nesse sentido, é a primeira verdade e o ponto de partida da filosofia de Descartes.

Outro fator importante para que o *cogito* não seja considerado um raciocínio é que a terceira etapa da dúvida atinge o funcionamento da razão e, com isso, o próprio raciocínio passa a ser considerado dubitável.⁴ Ou seja, o *cogito*

4 O argumento do Deus enganador torna o raciocínio dubitável pelo caráter hiperbólico da dúvida, e determina o seguinte: “[...] uma vez que a razão já me persuade de que não devo menos cuidadosamente impedir-me de dar crédito às coisas que não são inteiramente certas e indubitáveis, do que às que nos parecem manifestamente ser falsas, O MENOR MOTIVO DE DÚVIDA QUE EU NELAS ENCONTRAR BASTARÁ PARA ME LEVAR A REJEITAR TODAS” (DESCARTES, AT VII, p. 18; IX, pp. 13-14, negrito nosso). Esse critério pode ser identificado na Meditação Primeira, nos três argumentos da dúvida: o primeiro argumento torna os sentidos dubitáveis a partir de alguns casos, ou ao menos um, em que houve engano ao utilizar os sentidos; o segundo argumento torna a existência dos corpos dubitável a partir de alguns casos, ou ao menos um, em que houve engano em diferenciar o sono da vigília; da mesma maneira, no terceiro argumento há essa generalização, se existe a possibilidade de, em algum caso, haver engano ao fazer uma operação racional, e se a figura do Deus enganador torna essa possibilidade existente, não se deve confiar em nenhuma operação dessa natureza, pois, se há ao menos um motivo para considerar dubitável a operação racional $2+3=5$, toda e qualquer operação racional deve ser considerada dubitável, pois

é a constatação de uma existência, e não um raciocínio, pois, a partir da instauração da terceira etapa da dúvida, o raciocínio não pode ser considerado como uma operação pela qual o sujeito obtém conhecimentos confiáveis. Se o raciocínio não é uma fonte segura de conhecimento, nada que o tenha como base pode ser considerado verdadeiro. Portanto, se o *cogito* aparece como uma verdade, não pode se fundar em uma operação desta natureza, deve ser independente de uma operação que foi fragilizada pela dúvida.

Além dos fatores acima mencionados, há uma passagem das *Segundas Respostas* em que Descartes afirma expressamente ser um erro considerar o *cogito* como a conclusão de um silogismo, o que, segundo entendemos, corrobora a tese de que o *cogito* não é um raciocínio:

[...] quando alguém diz: *Penso, logo sou, ou existo*, ele não conclui sua existência de seu pensamento como pela força de um silogismo, mas como uma coisa conhecida por si; ele a vê por simples inspeção do espírito. Como se evidencia do fato de que, se a deduzisse por meio do silogismo, deveria antes conhecer essa premissa maior: *Tudo o que pensa é ou existe*. Mas, ao contrário, esta lhe é ensinada por ele sentir em si próprio que não pode se dar que ele pense, caso não exista (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 140; IX, pp. 110-111).

O *cogito* é uma descoberta, uma constatação, ele é “visto”, percebido pelo sujeito meditante. Uma percepção imediata, sem precedentes, até porque a dúvida eliminou todos os precedentes possíveis para que algo pudesse ser levado em conta. O *cogito* aparece como uma primeira verdade, e assim é percebido através de uma “inspeção do espírito”. Jean Laporte adverte que

“o menor motivo de dúvida que eu nelas encontrar bastará para me levar a rejeitar todas”.

A tradução francesa das *Respostas às Objeções* usa da expressão *inspection de l'esprit* para designar a consciência imediata que o espírito tem dele mesmo no *Cogito*, e que o texto original latino usa os termos *simplex mentis intuitus* (LAPORTE, 1945, p. 65).

Em seguida, esse comentador conclui que a inspeção do espírito equivale à *intuitus mentis*. Ou seja, o *cogito* não é o resultado de um raciocínio, tampouco a conclusão de um silogismo, mas uma intuição do espírito. Na terceira de suas *Regras para a direção do espírito* Descartes define a intuição como

[...] o conceito que a inteligência pura e atenta forma com tanta facilidade e clareza que não fica absolutamente nenhuma dúvida sobre o que compreendemos; ou então, o que é a mesma coisa, o conceito que a inteligência pura e atenta forma, sem dúvida possível, conceito que nasce apenas da luz da razão e cuja certeza é maior, por causa de sua maior simplicidade (DESCARTES, 1996, AT X, p. 368).

Esta definição destaca o caráter indubitável da intuição, operação mental pela qual o sujeito forma conceitos com clareza e distinção, condições necessárias para que algo seja considerado verdadeiro.⁶ Não pretendemos aqui aprofundar a discussão sobre a noção cartesiana de verdade, mas destacar a

5 “Simples intuição do espírito”.

6 No segundo parágrafo da Meditação Terceira, Descartes escreve que a clareza e a distinção são os conceitos que constituem o critério de verdade (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 35; IX, p. 27). No artigo 45 da Primeira parte dos *Princípios da Filosofia*, Descartes define clareza e distinção nos seguintes termos: “Clara chamo àquela [percepção] que está manifestamente presente a uma mente atenta, assim como dizemos que são claramente vistas por nós as [coisas] que, presentes a um olho que enxerga, movem-no de maneira suficientemente forte e manifesta. Distinta, porém, é aquela que, além de ser clara, é tão precisamente separada das outras que absolutamente nada mais contém em si além do que é claro” (DESCARTES, 1996, IX, p. 44).

relação do *cogito* com o conceito cartesiano de intuição. Se o *cogito* é o que aparece como verdadeiro exatamente no momento em que a dúvida exerce a sua maior força e abrangência, é porque se trata de uma intuição a respeito da qual “não fica absolutamente nenhuma dúvida sobre o que compreendemos”; se o *cogito* aparece como verdadeiro e indubitável exatamente no momento em que está instaurada a dúvida universal, ou seja, no momento em que é possível duvidar de tudo, é porque se trata de um “conceito que a inteligência pura e atenta forma, sem dúvida possível”. A sequência do texto das *Regras*, ao distinguir dedução de intuição, deixa ainda mais claro o significado desta, assim como corrobora a compreensão do *cogito* como uma intuição:

[...] distinguimos a intuição intelectual da dedução certa pelo fato de que, nesta, concebe-se uma espécie de movimento ou de sucessão, ao passo que naquela não se dá o mesmo; ademais, a dedução não requer, como a intuição, uma evidência atual, mas, ao contrário, extrai de certa maneira sua certeza da memória (DESCARTES, 1996, AT X, p. 370).

Ou seja, a intuição intelectual não é uma operação que envolve um encadeamento de ideias, de noções, para construir um conceito, mas um dar-se conta imediato, uma percepção, uma “evidência atual” que, por ser assim, ocorre no momento do contato do sujeito com a coisa percebida.

O *cogito* não é a conclusão de um raciocínio dedutivo, não é a consequência de um movimento sucessivo, mas possui uma evidência atual, na medida em que o sujeito está certo de sua verdade *enquanto pensa*, e o ato de pensar, a manifestação do pensamento, é o que garante a indubitabilidade do *cogito* e a sua afirmação. “Eu sou, eu existo” é intuído pelo sujeito meditante através de uma inspeção do espírito, através de uma intuição intelectual, que traz à tona a verdade sobre a existência do pensamento como sujeito de tal intuição. E esta verdade é a própria expressão deste sujeito, é a própria manifestação atual de um ser, o ser pensante. Nas palavras de Laporte: “Ela [o *cogito*] é uma noção

primeira e absoluta, porque é percebida independentemente de tudo o que não é ela [...] e não pressupõe nada de outro antes dela” (1945, p. 17). Nada pode ser pressuposto por conta da ação da dúvida. Nesse sentido, o *cogito* é uma noção primeira, uma primeira verdade, adquirida pela percepção imediata de algo indubitável.

O sujeito meditante não se dá conta de seu próprio ser por uma dedução ou por um silogismo, mas pela percepção imediata de sua existência, percepção realizada pelo próprio ato de pensar, que torna o sujeito meditante imediatamente consciente de que existe. Deste modo, de acordo com nossa interpretação, o *cogito* não é a constatação da existência do Eu, ou de um Eu sobre o qual nada se sabe, mas de um Eu que se descobre existente *enquanto pensa*; que se descobre existente *pensando*; a constatação da existência do Eu ocorre concomitantemente à constatação de seu pensamento. Deste modo, no *cogito*, pensar e ser são o mesmo.

3. VOLTANDO AO PARÁGRAFO QUINTO

A afirmação da existência do Eu, no quarto parágrafo da Meditação Segunda, expressa uma relação necessária entre pensar e ser. Seria o parágrafo quinto uma prova contrária dessa interpretação e uma confirmação da tese compartilhada por Alquié, Frankfurt e Marion?

Em *La Philosophie Première de Descartes*, Jean-Marie Beyssade apresenta elementos que parecem corroborar a compreensão segundo a qual o *cogito* não consiste na expressão da existência de algo independente do pensamento. Ao fazer seu comentário sobre o juízo “Eu sou”, Beyssade afirma: “Se a primeira verdade, em metafísica, é constituída por uma afirmação de existência, ela envolve já uma determinação de essência e não concerne a uma existência nua” (BEYSSADE, 1979, pp. 225-6). Parece-nos que este comentador está dizendo que o “Eu sou, eu existo” não enuncia a existência de uma coisa sobre a qual não há qualquer conhecimento a respeito do que é essa coisa, ou seja, não

se trata de um existente desprovido de qualquer atributo. Segundo Beyssade, para Descartes

[...] a afirmação de que eu sou envolve desde o início a afirmação de que eu sou uma coisa que pensa, desde que existir e ser uma coisa são aqui termos sinônimos, e desde que eu notei que pensava no momento mesmo em que afirmei minha existência (BEYSSADE, 1979, p. 227).

Esses termos corroboram a posição aqui defendida: o pensar é afirmado tal como o existir no parágrafo quarto da Meditação Segunda; o que não nos permite concordar com a tese de que, no *cogito*, o que temos é a expressão de uma existência a respeito da qual nada se sabe. Concordamos com Beyssade quando este escreve que não se trata da afirmação de uma coisa indeterminada ou incompreensível, mas da existência do Eu como ser pensante. Na linha do que parece escrever Martial Gueroult, segundo o qual o *cogito* é constituído por uma coincidência pontual entre o pensamento do sujeito e a sua existência. Nas palavras do comentador:

Por esta coincidência pontual entre meu pensamento e a existência – reduzida a esta do sujeito –, é adquirido um conhecimento de validade inabalável, ao mesmo tempo existencial, porque ele se remete imediatamente a uma existência dada, e intelectual, porque ele envolve imediatamente a atualização da relação necessária: ‘Para pensar, é preciso ser’, que funda a indissolubilidade da ligação entre a existência e o pensamento (GUEROUULT, 1953, pp. 50-1).

Mas, vejamos novamente o que diz o quinto parágrafo da Meditação Segunda:

Mas não conheço, ainda, bastante claramente o que sou, eu que estou certo de que sou; de sorte que, doravante, é preciso que eu atente com todo cuidado, para não tomar imprudentemente alguma outra coisa por mim, e assim para não me equivocar neste conhecimento que afirmo ser mais cer-

to e mais evidente do que todos os que tive até agora (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 25; IX, pp. 19-20).

Como podemos conferir, nessa passagem não se afirma algo como “não conheço ABSOLUTAMENTE o que eu sou”, mas “[...] não conheço, AINDA, BASTANTE CLARAMENTE o que sou [...]” (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 25; IX, pp. 19-20, negritos nossos). O Eu está certo de sua existência na medida em que pensa (e somente na medida em que pensa), mas ainda não sabe “bastante claramente” se nada mais faz parte de seu ser além do pensamento. E é isso o que torna necessária uma análise cuidadosa sobre o que é este Eu constatado como existente. Não há dúvidas de que o “Eu sou, eu existo” é uma verdade existencial, que traz à tona fundamentalmente o conhecimento da existência do Eu. Por isso, no parágrafo quinto, é dito: “[...] eu que estou certo DE QUE SOU [...]” (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 25; IX, pp. 19-20, negrito nosso); e não por acaso a formulação do *cogito* nas *Meditações* é: “Eu sou, eu existo”. No entanto, entendemos que isso não faz com que o *cogito* expresse uma existência desprovida de qualquer conteúdo, uma existência vazia. Se no *cogito* o Eu é afirmado como um Ser, se o “Eu sou, eu existo” é uma afirmação que expressa uma existência, não é uma existência absolutamente nua, para usar os termos de Beyssade, e sobre a qual não se sabe absolutamente nada; não é a existência de “alguma coisa”, de algo indeterminado, mas de algo que existe pensando e, claro, pensa existindo: trata-se da existência de um pensamento.

O que Descartes anuncia no parágrafo quinto da Meditação Segunda é a necessidade de obter mais clareza sobre o conhecimento deste Eu que acaba de ser constatado como existente. Uma vez que “não sei bastante claramente *o que sou*”, faz-se necessário obter mais clareza sobre este conhecimento, para “[...] não tomar imprudentemente alguma outra coisa por mim, [...] para não me equivocar neste conhecimento que afirmo ser mais certo e mais evidente do que todos os que tive até agora” (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 25; IX, pp. 19-20). Descartes não afirma desconhecer absolutamente o Eu constatado como existente, mas que o conhecimento sobre esse ente precisa ser esclarecido, ou seja, é preciso ater-se para não

atribuir à natureza do Eu alguma propriedade que ainda não lhe possa ser atribuída.

Eis por que considerarei de novo o que acreditava ser, antes de me empenhar nestes últimos pensamentos; e de minhas antigas opiniões suprimirei tudo o que pode ser combatido pelas razões que aleguei há pouco, de sorte que permaneça apenas precisamente o que é de todo indubitável (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 25; IX, p. 20).

Esta passagem, que dá início ao parágrafo sexto da Meditação Segunda, indica que o parágrafo anterior desta Meditação, além de alertar para que não se atribua à natureza do Eu algo que não lhe possa ser atribuído, contém a pretensão de anunciar a necessidade de trazer mais luz sobre o que é a sua natureza, e não de expressar o completo desconhecimento a esse respeito. A estratégia de reconsiderar o que o sujeito acreditava ser antes da crítica do conhecimento, feita pela dúvida, serve muito mais para trazer à tona o que antes era conhecido sobre o Eu de modo impreciso, e esclarecer o que se pode dele conhecer com precisão, indubitavelmente.⁷ Os parágrafos sexto e sétimo, ao que nos parece, mostram isso.

As “antigas opiniões”, reconsideradas por Descartes no parágrafo seis da Meditação Segunda, trazem a tradicional definição de homem como animal racional. De acordo com o filósofo, esta definição não pode ainda ser levada em conta, pois para que o pudesse

[...] seria necessário em seguida pesquisar o que é animal e o que é racional e assim, de uma só questão, cairíamos insensivelmente numa infinidade

7 Lembrando que a dúvida continua em cena, o que permite ao sujeito meditante “suprimir tudo o que pode ser combatido pelas razões alegadas há pouco” – as razões de duvidar – de tal modo que somente o que não for atingido por essas razões poderá ser considerado, ou seja, somente não será suprimido o que se mostrar indubitável.

de outras mais difíceis e embaraçosas [...] (DESCARTES, 1996, AT VII , p. 25; IX, p. 20).

Em seguida, Descartes menciona características relacionadas ao corpo: primeiro os membros “Considerava-me, inicialmente, como provido de rosto, mãos, [...]”; depois as capacidades: “Considerava, além disso, que me alimentava, que caminhava, que sentia e que pensava e relacionava todas essas ações à alma” (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 26; IX, p. 20). Destacamos que Descartes não menciona somente as características que serão suprimidas do que pode ser considerado como pertencente ao Eu, pois o pensar é colocado como uma das capacidades que fazem parte das chamadas “antigas opiniões”. No entanto, qualquer propriedade que tenha alguma relação com o corpo não pode ser mantida, mesmo o que tradicionalmente é relacionado à alma, pois tampouco se sabe claramente, ainda, o que é a alma.

Mas eu, o que sou eu, agora que suponho que há alguém que é extremamente poderoso e, se ousar dizê-lo, malicioso e ardiloso, que emprega todas as suas forças e toda a sua indústria em enganar-me? (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 26; IX, p. 21).

Esta passagem, que inicia o parágrafo sete da Meditação Segunda, alerta que o Deus Enganador continua em cena e, portanto, aquilo que o Eu disser de qualquer pretensão de conhecimento, para ser considerado verdadeiro, deve escapar a tal argumento de dúvida. Além disso, mais uma vez é expressa a pergunta que dá continuidade ao que é colocado no parágrafo quinto da Meditação Segunda. Se o Eu não conhece com bastante clareza o que é, faz-se necessário perguntar-se a respeito disso. É nesse sétimo parágrafo que Descartes explicita ser o pensar a natureza do Eu. Mas como isto é feito? Tendo já mencionado as “antigas opiniões” que contêm respostas a tal questão, o filósofo reafirma a impossi-

bilidade de levar em conta tudo aquilo que diz respeito à natureza corpórea⁸, e continua:

Passemos, pois, aos atributos da alma e vejamos se há alguns que existam em mim. Os primeiros são alimentar-me e caminhar; mas, se é verdade que não possuo corpo algum, é verdade também que não posso nem caminhar nem me alimentar. Um outro é sentir; mas não se pode também sentir sem o corpo; além do que, pensei sentir outrora muitas coisas, durante o sono, as quais reconheci, ao despertar, não ter sentido efetivamente (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 27; IX, p. 21).

Como já afirmamos acima, Descartes recorre às antigas opiniões na análise que desenvolve sobre o Eu descoberto no *cogito*. Entre elas, estão atributos corporais, descartados imediatamente; mas também constam atributos relacionados à alma. Vale ressaltar que alma, aqui, não tem ainda um sentido cartesiano, mas aquele presente nas “antigas opiniões”, que têm uma origem principalmente escolástica, de inspiração aristotélica. No *De Anima* Aristóteles define a alma como a

[...] forma do corpo natural que em potência tem vida. [...] é a primeira atualidade do corpo natural orgânico. [...] é a substância segundo a determinação, ou seja, o que é, para um corpo de tal tipo, ser o que é (ARISTÓTELES, 2006, pp. 71-2).

Nesta perspectiva, a alma é a forma do corpo vivo, é aquilo que faz um certo tipo de corpo ser de tal modo, por isso é a atualidade do corpo orgâni-

8 “Posso estar certo de possuir a menor de todas as coisas que atribuí há pouco à natureza corpórea? Detenho-me em pensar nisto com atenção, passo e repasso todas essas coisas em meu espírito, e não encontro nenhuma que possa dizer que exista em mim” (DESCARTES, 1996, AT VI, p. 26; IX, p. 21).

co; por isso é a substância segundo a determinação.⁹ Os atributos mencionados por Descartes: alimentar-se, caminhar e sentir, não podem ser considerados como pertencentes à natureza do Eu, tendo em vista que a dúvida ainda está em cena e, com isso, a existência dos corpos é descartada.

Na sequência da análise dos atributos da alma, Descartes afirma: “Um outro é pensar; e verifico aqui que o pensamento é um atributo que me pertence; só ele não pode ser separado de mim” (DESCARTES, 1996, AT VI, p. 27; IX, p. 21). A pergunta que dá início ao parágrafo sete da Meditação Segunda começa aqui a encontrar sua resposta. A busca de esclarecimento sobre o que é o Eu que se constata como existente no *cogito* encontra o pensar como o atributo que não pode ser descartado, que necessariamente faz parte da natureza deste Eu.

Eu sou, eu existo: isto é certo; mas por quanto tempo? A saber, por todo o tempo em que eu penso; pois poderia, talvez, ocorrer que, se eu deixasse de pensar, deixaria ao mesmo tempo de ser ou de existir. Nada admito agora que não seja necessariamente verdadeiro: nada sou, pois, falando precisamente, senão uma coisa que pensa, isto é, um espírito, um entendimento ou uma razão, que são termos cuja significação me era anteriormente desconhecida (DESCARTES, 1996, AT VII, p. 27; IX, p. 21).

O início desta passagem se remete ao fim do parágrafo quarto da Meditação Segunda no qual Descartes afirma: “[...] esta proposição, *Eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a

9 No início do Livro II de *De Anima*, Aristóteles explica que substância é um dos gêneros dos seres, e possui três sentidos: “[...] primeiro, no sentido de matéria – que por si mesma não é algo determinado –, e ainda no sentido de figura e forma – em virtude do que já se diz que é algo determinado – e, por fim, no sentido do composto de ambas. A matéria, por sua vez, é potência, ao passo que a forma é atualidade” (ARISTÓTELES, 2006, p. 70). A alma é substância, para Aristóteles, no segundo sentido mencionado, enquanto forma, em virtude daquilo que determina a realidade de algo.

concebo em meu espírito” (DESCARTES, 1996, AT VI, p. 25; IX, p. 19). Parece que aqui temos mais um elemento que corrobora a posição de que já no parágrafo quatro da Meditação Segunda a existência do Eu é constatada na sua relação com o pensar. Tal como mostra o parágrafo seis, e mesmo o início do sete, não há qualquer outro atributo que possa ser considerado como pertencente ao Eu, pois a dúvida, ao continuar em cena, não permite a admissão de quaisquer dos outros atributos mencionados nessas passagens. Embora ainda esteja exercendo sua força sobre o sujeito meditante, a dúvida não pode impedi-lo de considerar o pensar como um atributo que lhe pertence; o pensar não é atingido pela dúvida, o que já ocorre na afirmação primeira do *cogito*.

Com isso temos o seguinte: a mesma condição que no parágrafo quarto da Meditação Segunda faz com que o Eu conheça indubitavelmente sua existência é a condição a partir da qual o Eu conhece, indubitavelmente, no parágrafo sétimo desta Meditação, sua única natureza. O pensar é a condição do conhecimento da existência do Eu, bem como a condição do conhecimento de que o Eu é um ser cuja natureza consiste somente em pensar. Considerar o Eu como uma coisa que pensa não é considerá-lo como uma coisa que, entre outras propriedades, possui o pensar, mas que esse Eu é tão somente pensamento; o ser do Eu afirmado no *cogito* é pensamento.

O Eu se constata como ser pensante no parágrafo quatro da Meditação Segunda, mas ainda não sabe “bastante claramente” se não há algum outro atributo que faça parte de seu ser. Os parágrafos seguintes têm a função de analisar o que pode e o que não pode ser atribuído ao ser pensante, ou seja, os parágrafos subsequentes ao parágrafo do *cogito* visam trazer mais clareza sobre o conhecimento a respeito do ser pensante constatado no *cogito*. Após esta análise, é possível “falar precisamente” que o Eu constatado como existente no *cogito* não é mais que uma “coisa que pensa”. O pensamento já é conhecido como pertencente ao Eu no *cogito*, no parágrafo quatro da Meditação Segunda, mas só é conhecido como o único atributo que pode ser considerado como pertencente à natureza do Eu no sétimo parágrafo desta

Meditação (BEYSSADE, 1979, p. 227), em que aparece a definição do Eu como coisa que pensa.

Diante dessa análise, consideramos que ao ser enunciado no parágrafo quarto da Meditação Segunda o *cogito* expressa não somente uma existência vazia, nua, indeterminada. Entendemos que não se trata da descoberta de uma existência, “somente”, mas da existência de algo que se descobre existente enquanto pensa. E assim o é pelo fato de o pensar ser a própria condição da descoberta da existência envolvida no *cogito*. Apesar de o *cogito* das *Meditações* ser enunciado como *eu sou, eu existo*, não se segue que ele expresse única e exclusivamente uma existência, mas a existência do Eu que se descobre *pensando*. O *cogito* é o encontro entre pensar e ser.

THE *COGITO* AS THE LINK BETWEEN THINKING AND BEING

ABSTRACT: This paper aims to investigate whether the statement “I am, I exist”, present in the fourth paragraph of the *Second Meditation*, expresses only and exclusively an existence, or whether it is also an expression of knowledge about *what is* the Self that discovers its own existence. For this purpose, in addition to Cartesian texts, some lines of interpretation dealing with this issue are herein addressed, especially the standpoints of Alquié, Frankfurt and Marion. As a result of the discussion carried out, the intention in this paper is to defend that the *I am, I exist* expresses, at the same time, the knowledge of the existence of the Self, and the knowledge that the Self exists as a thinking being.

KEYWORDS: Descartes; *Meditations*; Metaphysics; *Cogito*; Knowledge; Existence.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALQUIÉ, F. (1950). F. *La découverte métaphysique de l'homme chez Descartes*. Paris: PUF.

ARISTÓTELES. (2006). *De Anima*. Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34.

BEYSSADE, J-M. (1979). *La Philosophie Première de Descartes*. Paris: Flammarion.

BORGES, M. A. (2020). *O conceito de ideia e a resolução do problema do solipsismo na metafísica cartesiana*. Toledo-PR. 228 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Unioeste.

_____. (2020b). “O leitor como sujeito meditante: a maneira de demonstrar e o estilo de escrita das Meditações Metafísicas de René Descartes”. In: *Griot: Revista de Filosofia*, v. 20, n. 3, pp. 295-307, outubro.

DESCARTES, R. (1996). *Œuvres*. Paris: Vrin. 11 vol. Publiées par Charles Adam et Paul Tannery.

_____. (2010). *Obras escolhidas*. J. Guinsburg, Roberto Romano e Newton Cunha (Orgs.). Tradução de J. Guinsburg, Bento Prado Jr. et al. (Tex-

- tos, 24). São Paulo: Perspectiva.
- _____. (2004). *Meditações sobre filosofia primeira*. Tradução de Fausto Castilho. Ed. Bilíngue, Latim-Português. Campinas: Editora da Unicamp.
- FORLIN, E. (2004). *O papel da dúvida metafísica no processo de constituição do cogito*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- _____. (2005). *A teoria cartesiana da verdade*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Ijuí: Editora Unijuí.
- FRANKFURT, H. (1989). *Démons, rêveurs et fous: la défense de la raison dans les Méditations de Descartes*. Tradução de Sylvain M. Luquet. Paris: PUF.
- GUEROULT, M. (1953). *Descartes selon l'ordre des raisons – I l'âme et Dieu*. 2 v. Paris: Aubier.
- LANDIM FILHO, R. (1992). *Evidência e verdade no sistema cartesiano*. São Paulo: Edições Loyola.
- LAPORTE, J. (1945). *Le Rationalisme de Descartes*. Paris: PUF.
- MARION, J-L. (2002). *Questions cartésiennes II*. Paris: PUF.